

ATA DA 139ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA
Realizada em 28 de dezembro de 2017

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às nove horas, iniciou-se a centésima trigésima oitava Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA/ PE**, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE, com o objetivo de revisar o planejamento estratégico e elaborar o plano de aplicação para o ano de 2018. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: Silvan Ataíde, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social – **SDS/PE**; Mallon Francisco Felipe R. de Aragão e Tarciana dos Santos Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento de Assistência Social de Itaquitinga/PE – **ADASI**; Eduardo Gomes de Figueiredo e Ana Lúcia Gusmão Brindeiro, titular e suplente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – **SJDH**; Solange Maria de Souza Loureiro, suplente da Secretaria Estadual de Saúde - **SES**; Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade, Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco/PE – **CIEE/PE**; Maria de Lourdes de A. V. Vinokur, Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP/Pesqueira-PE**. Registra-se também a presença da equipe técnica do **CEDCA/PE**: Evanilson Alves de Sá, Sheila Ferreira; Gicélia Souza; Jacqueline Bezerra; Irani do Carmo; Ana Elisabeth H. de Castro; Ana Leão; Kalline Gabrielle Silva; e da Diretora Executiva Rosa Barros. Iniciando os trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, Eduardo Gomes de Figueiredo, procedeu a leitura da pauta, e, em seguida, submeteu ao regime de aprovação as atas da 347ª Assembleia Ordinária e da 139ª Assembleia Extraordinária, ambas aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Após a leitura e aprovação das atas, o presidente convidou a técnica Sheila Regina P. M. Ferreira para realizar a exposição do documento contendo a síntese da metodologia empregada no acompanhamento das ações planejadas para o exercício de 2017, tomando por base as ações constantes no plano plurianual. A técnica destaca que as ações planejadas extrapolam a capacidade orçamentária prevista para a execução no referido exercício. Informa também que nas ações referentes a capacitação o conselho extrapolou a meta planejada. Encerra a apresentação reafirmando que o esforço realizado se deu no sentido de inserir o planejamento do conselho nas diretrizes do novo modelo de gestão adotado pelo governo do estado e fortemente difundido pela Secretaria de Planejamento e Gestão, ao qual o conselho deverá aderir por se encontrar imerso na estrutura de Estado. Após a apresentação, iniciou-se a discussão sobre os

documentos encaminhados à Administração de Fernando Noronha, resultado da visitada da comissão composta por conselheiros e representação do sociopedagógico. Das discussões foi formalizado o seguinte encaminhamento: elaborar um documento esclarecendo o conjunto de dificuldades apresentadas nos relatórios da comissão, que diagnosticou algumas fragilidades no sistema de garantias de direitos, a partir de visitas de acompanhamento a alguns equipamentos do referido sistema. Posta em regime de votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. Prosseguindo, o Conselheiro Mallon Aragão solicitou dos presentes que dessem atenção a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017, que disciplina o processo de realização das conferências municipais, estaduais e a nacional, alertando que se trata de um processo que se inicia em 2018 e somente se encerra em outubro de 2019. Destaca que o conselho deverá se organizar para garantir os recursos para a realização da conferência estadual, definir estratégias para apoiar os municípios na realização das conferências municipais e se preparar para participar da conferência nacional em 2019. Também propõe a inserção das deliberações dos plenos descentralizados, Arcoverde e Petrolina, no planejamento para 2018. A conselheira Ana Gusmão propõe que na estratégia de planejamento, considerando a amplitude das deliberações das assembleias descentralizadas, que as deliberações sejam reavaliadas considerando as competências do conselho e sua capacidade de execução. O conselheiro Silvan Ataíde lembra que consta das deliberações anteriores a realização do curso de especialização em direitos humanos de crianças e adolescentes, na modalidade a distância, e propõe que o conselho comece a discutir com a Escola de Conselho/UFRPE a viabilidade do curso. Também foi definido que as próximas assembleias descentralizadas acontecerão nas cidades de Caruaru e Palmares, contemplado a agreste e mata sul. Com relação aos recursos do Banco Itaú, o conselho deverá publicar edital e instituir uma comissão para seleção de projetos. Encerradas as discussões, os encaminhamentos foram aprovados por todos os conselheiros presentes. Retomando a condução dos trabalhos, o presidente agradece pela presença e participação de todos, dando por encerrada a Assembleia.

Eduardo Figueiredo
Presidente do CEDCA/PE